

 CMB	ATA DE REUNIÃO - ATA		Nº:
			Pág.: 01/01
Assunto:			
50ª REUNIÃO DO COMITÊ DE ELEGIBILIDADE			
Data: 13/10/2020	Coordenação: SILVIA OLIVEIRA LANÇA	Local: VÍDEO CONFERÊNCIA (em virtude da situação imposta pela Pandemia e diretrizes adotadas pela CMB)	
ÁREA	PARTICIPANTES	VISTO	
DEGEP	SILVIA OLIVEIRA LANÇA		
ESCOM	GABRIEL WOOD CAMPOS JAMUS		
DEGOV	JORGE EDUARDO VIEIRA COSTA		

Descrição da Ação Tomada ou Requerida:

Reunidos todos os membros no dia 13/10/2020 foram iniciados os trabalhos da 50ª Reunião do Comitê de Elegibilidade – CE, constituído por meio da Portaria PRT.PRESI nº 113/2019, de 26/06/2019 alterada pela PRT.PRESI nº 141/2019, de 05/08/2019, para exercer as competências previstas no artigo 81 do Estatuto da Casa da Moeda do Brasil – CMB, no artigo 21, inciso I, do Decreto nº 8.945/2016 e no artigo 10 da Lei nº 13.303/2016, em razão do recebimento por e-mail, nesta data, do Ofício SEI nº 254975/2020/ME, contendo a documentação necessária à deliberação.

Pauta para deliberação:

Análise da documentação do Sr. Paulo Ricardo de Mattos Ferreira, indicado para ocupar o cargo de Diretor de Inovação e Mercado em substituição ao Sr. Saudir Luiz Filimberti.

Assuntos Deliberados:

Após detida análise da documentação recebida do Sr. Paulo Ricardo de Mattos Ferreira, e considerando verídicas todas as informações prestadas diretamente ao Ministério da Economia e encaminhadas a este Comitê, foi verificado o atendimento ao item “10 anos no setor público ou privado na área de atuação da estatal”. Isto posto, todos os membros opinaram, de forma unânime, pelo preenchimento dos requisitos e pela ausência de vedações para a eleição do candidato, nos termos do artigo 17 da Lei nº 13.303/2016, dos artigos 28 e 29 do Decreto nº 8.945/2016 e dos artigos 16 e 17 do Estatuto Social da CMB.

Foi observada documentação para fins de cumprimento do Artigo 16 § 1º do Estatuto da CMB.

Importante ressaltar que a análise documental passou previamente pelo crivo da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia (NT SEI 44046/2020/ME) e o nome indicado foi aprovado previamente pela Casa Civil da Presidência da República.

Com a realização das devidas tratativas, foram encerrados os trabalhos.